

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- (a) na qualidade de emissora das debêntures, **ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Salvador, BA, na Avenida Edgard Santos nº 300 - Bloco A4, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "EMISSIONA");
- (b) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão e na qualidade de agente fiduciário substituto, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO");
- (c) na qualidade de agente fiduciário substituído, **APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua do Tesouro, nº 47, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante denominado "APORTE"); e
- (d) na qualidade de interveniente responsável pelo pagamento do Preço de Exercício do Direito de Venda (termos definidos na Cláusula 3.17., abaixo), **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida República do Chile nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social (doravante denominado "BNDES");

vêm, na melhor forma de direito, celebrar este Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie



Handwritten signatures and initials, including 'A.' and 'S.'.

Subordinada, da ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (doravante simplesmente denominado "Aditamento").

Cláusula 1. Interpretação.

Os termos iniciados em letras maiúsculas neste Aditamento terão o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., celebrado entre as Partes em 18 de junho de 2003 (a "Escritura").

Cláusula 2. Da Autorização.

O presente Aditamento é firmado com base nas deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA, realizada em 16 de dezembro de 2002, e nas Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA, realizadas em 17 de dezembro de 2002 e 02 de setembro de 2003.

Cláusula 3. Alteração das Partes da Escritura e Substituição do Agente Fiduciário da Emissão.

3.01 As Partes que celebram a Escritura passam a ser a Itapebi Geração de Energia S.A. (na qualidade de emissora), a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (na qualidade de agente fiduciário) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em virtude da substituição da APORTE pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

3.02 Em virtude da substituição do agente fiduciário ora acordada, a EMISSORA, neste ato, exonera a APORTE e esta, a EMISSORA, de todas as obrigações decorrentes da Escritura, outorgando-se mutuamente a mais ampla, geral, rasa e irrevogável quitação.

Cláusula 4. Alteração da Cláusula I da Escritura.

A Cláusula I da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA I – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA, realizada em 16 de dezembro de 2002, e nas Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA, realizadas em 17 de dezembro de 2002 e 02 de setembro de 2003.

2

A Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão e sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; e (iv) o cancelamento das debêntures mantidas em tesouraria”.

Cláusula 5. Alteração da Cláusula II da Escritura.

5.01 A Cláusula 2.1 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.1. Arquivamento e Publicação das Atas da Assembleia Geral Extraordinária e das Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA

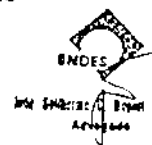
Os atos societários da EMISSORA que deliberaram sobre a presente emissão (doravante denominada “Emissão”) foram arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”) e publicados nas seguintes datas:

- (a) a ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2002, foi arquivada na JUCEB em 9 de janeiro de 2003, sob o nº 96417913, e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde em 23 de janeiro de 2003;
- (b) a ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de dezembro de 2002, foi arquivada na JUCEB em 9 de janeiro de 2003, sob o nº 96417915, e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde em 23 de janeiro de 2003; e
- (c) a ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de setembro de 2003, será arquivada na JUCEB, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e nos jornais A Tarde e Gazeta Mercantil – Edição Nacional antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 abaixo e remetida àquela Comissão de Valores Mobiliários.

5.02 As Cláusulas 2.2 e 2.3 da Escritura passam a vigorar com a seguinte redação:

“2.2. Registro da Escritura

[Assinatura manuscrita]



[Assinatura manuscrita]

A presente Escritura será registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 abaixo.

2.3. Formalização e Registro dos Contratos Relativos às Garantias

O Contrato de Administração de Contas, na forma do Anexo I, o Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão, na forma do Anexo II, o Contrato de Compartilhamento de Garantias, na forma do Anexo III, todos celebrados em 18 de junho de 2003, aditados em [03] de setembro de 2003, nos termos do Instrumento Particular de Cessão de Direitos, Assunção de Obrigações e de Aditamento a Contratos em Decorrência de Substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, na forma do Anexo IV, serão registrados em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos”.

5.03 A Cláusula 2.5 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:


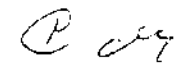

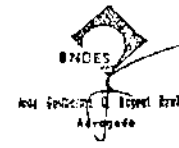
“2.5. Registro no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”) e no Sistema de Negociação Bovespa Fix (“Bovespa Fix”)

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 acima, no (i) SND, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (doravante denominada “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (doravante denominada “CETIP”) e na (ii) Bovespa Fix, administrada pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (doravante denominada “CBLC”). As Debêntures serão registradas para negociação no sistema primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 acima”.

Cláusula 6. Alteração da Cláusula III da Escritura.

6.01 A Cláusula 3.11 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.11. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário antes da concessão do registro mencionado na Cláusula 2.4 acima, por meio do (i) SND; e (ii) Bovespa Fix".

6.02 A Cláusula 3.13 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.13. Subscrição

3.13.1. Prazo para Subscrição

As Debêntures serão subscritas pelo público investidor em uma única data, que será publicada no anúncio de início de distribuição ("Data de Subscrição") e dentro do prazo de distribuição pública autorizado pela CVM.

3.13.2. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas na Data de Subscrição pelo seu valor nominal. As Debêntures subscritas após a Data de Subscrição, em virtude do exercício de garantia firme de colocação, serão subscritas pelo seu valor nominal atualizado conforme as Cláusulas 3.15.1 e 3.15.2 abaixo, acrescido da respectiva remuneração estabelecida na Cláusula 3.15.3 abaixo, calculados pro rata temporis, por dias corridos, desde a Data de Subscrição.

3.13.3. Integralização

A integralização do preço de subscrição das Debêntures será feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário após integralizadas".

6.03 A Cláusula 3.15.2 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação das Cláusulas 3.15.2.5 e 3.15.2.6, incluída a Cláusula 3.15.2.7:

"3.15.2.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data estabelecida para sua divulgação, ou na hipótese de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de critério legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas no prazo máximo de 20 (vinte) dias do evento, para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o novo parâmetro a ser aplicado. Caso debenturistas

representando mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação no mercado, reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim, aprovem a proposta da EMISSORA sobre o novo parâmetro, este será utilizado a partir da data de realização da assembléia, sendo a remuneração das Debêntures calculada utilizando-se o novo parâmetro aprovado, a ser aplicado de forma retroativa, pro rata temporis, desde a data na qual houve a impossibilidade de aplicação do número-índice original.

3.15.2.6 Caso o novo parâmetro não seja aprovado nos termos da Cláusula 3.15.2.5 acima, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu valor nominal atualizado não amortizado acrescido da remuneração. A atualização neste caso se dará conforme o último número índice divulgado até então prevalecente, calculado pro rata temporis.

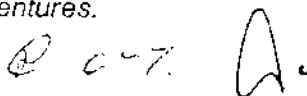
3.15.2.7 No mês de subscrição, as Debêntures serão atualizadas e remuneradas de acordo com a Cláusula 3.15 a partir da Data de Subscrição até o primeiro dia útil do mês subsequente, de forma pro rata temporis".

6.04 A Cláusula 3.15.3 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.15.3. Juros Remuneratórios

3.15.3.1. As Debêntures renderão juros, para o período compreendido entre a Data de Subscrição e o dia 01 de julho de 2004, a uma taxa de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano, base 360 dias corridos, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal da Debênture, atualizado conforme as Cláusulas 3.15.1 e 3.15.2 acima, a partir da Data de Subscrição, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias corridos.

3.15.3.2. Os juros serão pagos pela Emissora no 18º (décimo oitavo) e no 36º (trigésimo sexto) mês contados da Data de Emissão e a partir daí, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de julho de 2004, o segundo, em 01 de janeiro de 2006 e o último, em 01 de janeiro de 2017, por ocasião do vencimento das Debêntures.



3.15.3.3. Para o período compreendido entre a Data de Subscrição e o dia 01 de julho de 2004, às Debêntures serão atribuídos juros calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano;

N = 360 dias

n = número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias corridos entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = número de dias corridos entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

"Período de Capitalização" é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento dos juros remuneratórios, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento dos juros remuneratórios, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade".

Q 007 A.

7.

6.05 A Cláusula 3.16.1 da Escritura passa a vigorar acrescida dos seguintes itens 3.16.1.2, 3.16.1.3, 3.16.1.4 e 3.16.1.5:

3.16.1.2. Para a determinação das condições de atualização e remuneração a prevalecer no próximo período de remuneração conforme a Cláusula 3.16.1.1 acima, a EMISSORA se obriga a apresentar ao BNDES os termos da repactuação no prazo de até 30 (trinta) dias antes da sua comunicação, pelo Conselho de Administração da EMISSORA, aos titulares das Debêntures, que deverão ter sido elaborados observando o disposto na Cláusula 3.16.1.3 abaixo. O BNDES obriga-se a manter confidencialidade sobre esses termos e a respeitar ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2003, até a divulgação dos mesmos pela EMISSORA.

3.16.1.3. Em um processo com ampla divulgação ao BNDES, deverão ser identificadas junto ao mercado investidor, sob a coordenação de instituição financeira membro da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID definida pela EMISSORA, às expensas desta:

(a) taxas de remuneração (Cláusula 3.15.3) e forma de atualização (Cláusula 3.15.1) compatíveis com aquelas aplicadas pelo mercado à época, para vigorarem para o próximo período de remuneração das Debêntures,

(b) o prazo adequado para o próximo período de remuneração das Debêntures, e

(c) a conveniência ou não de o BNDES outorgar uma outra opção de venda das Debêntures, além daquela objeto da Cláusula 3.17.

3.16.1.4 Caso as condições de remuneração identificadas no processo descrito nesta Cláusula 3.16.1 sejam inferiores àquelas então vigentes no período em curso, mantida a forma de atualização então em vigor, as mesmas somente prevalecerão caso a EMISSORA apresente ao BNDES ofertas firmes de compra por instituições financeiras das Debêntures que forem adquiridas pelo BNDES em decorrência do exercício do Direito de Venda.

3.16.1.5 As condições de Remuneração determinadas no processo descrito nesta Cláusula 3.16.1 vincularão a EMISSORA

e deverão ser divulgadas pelo Conselho de Administração desta nos termos da Cláusula 3.16.1.1".

6.06 A Cláusula 3.17.4 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.17.4. Fica desde já certo e ajustado que as Debêntures a serem Vendidas ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas, oneradas ou retiradas do SND ou da CBLC, conforme o caso, desde a manifestação do debenturista a que se refere a Cláusula 3.17.1 acima até o dia 01 de julho de 2004".

6.07 A Cláusula 3.21 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.21. Publicidade

Ressalvados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados na forma de avisos publicados nos jornais "Gazeta Mercantil – edição nacional" e "A Tarde" ou, mediante prévia comunicação ao AGENTE FIDUCIÁRIO dessa alteração, nos jornais que venham a ser habitualmente utilizados pela EMISSORA para os fins da Instrução CVM nº 358/02. Essas publicações deverão ser feitas em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das Debêntures, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO de qualquer publicação".

6.08 Cláusula 3.22 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.22. Vencimento Antecipado

3.22.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA, nos termos das Cláusulas 3.22.2 e 7.5, do seu valor nominal atualizado não amortizado e acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo valor global ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de

Handwritten signatures and initials.

Handwritten signature and stamp.

terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, se for cancelado ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;

b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;

c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;

d) não pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal, da remuneração, das amortizações e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento;

e) falta de cumprimento pela EMISSORA das obrigações previstas na Cláusula 5.1 desta Escritura não sanada no prazo estabelecido na Cláusula 3.2.5.(b) do Contrato de Administração de Contas (Anexo I);

f) falta de cumprimento pela EMISSORA das demais obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Administração de Contas (Anexo I), no Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão (Anexo II), ou no Contrato de Compartilhamento de Garantias (Anexo III), não sanadas em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

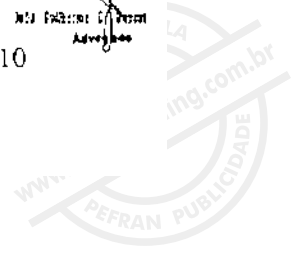
g) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

h) vencimento antecipado do Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BB-1947/2001, celebrado em 23 de novembro de 2001 entre a EMISSORA, o Banco do Brasil S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú S.A. e o Banco BNL do Brasil S.A. (doravante denominados em conjunto "AGENTES FINANCEIROS"), com interveniência da COELBA (doravante denominado "Contrato de Repasse") e/ou do Contrato de Financiamento Abertura de Crédito nº 01.2.375.3.1, celebrado em 23 de novembro de 2001 entre a EMISSORA e o BNDES, com a

007.

7.

10



interveniência da COELBA (doravante denominado "Contrato de Financiamento do BNDES");

i) alienação, total ou parcial, das ações representativas do capital social da EMISSORA, por qualquer um dos acionistas controladores da mesma, exceto para pessoas, físicas ou jurídicas, controladas, controladoras, sujeitas a controle comum de tais sociedades ou entre tais sociedades;

j) extinção ou perda pela EMISSORA da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 37/99, datado de 28.05.1999 (doravante denominado "Contrato de Concessão"), celebrado entre a EMISSORA e a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (doravante denominada "ANEEL"), referente à exploração do potencial hidráulico do AHE ITAPEBI;

k) vencimento antecipado ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado em 08 de novembro de 2002, conforme seus aditivos nºs 1, 2 e 3 celebrados, respectivamente, em 25 de março de 2003, 26 de março de 2003 e 28 de abril de 2003, através do qual a EMISSORA obrigou-se a vender à COELBA e esta obrigou-se a comprar da EMISSORA 1.721.340 MWh/ano de energia elétrica (doravante denominado "CCVE");

l) a não apresentação ao AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, de contrato destinado à venda da totalidade da energia assegurada da UHE Itapebi, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da rescisão ou vencimento antecipado do contrato de compra e venda de energia anterior, em termos considerados satisfatórios por debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação; ou

m) não apresentação ou divulgação pelo Conselho de Administração da EMISSORA, no prazo definido na Cláusula 3.16.1.1, das condições de repactuação de acordo com o disposto na Cláusula 3.16.1 acima.

3.22.2. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas "b" e "c" da Cláusula 3.22.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas "a", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l" e "m" da referida Cláusula, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da



Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature
11

ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se assim vier a ser aprovado por debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação, declarar o vencimento antecipado das Debêntures”.

Cláusula 7. Alteração da Cláusula IV da Escritura.

A Cláusula IV da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA IV – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A EMISSORA utilizará a integralidade dos recursos provenientes da Emissão para quitar empréstimos de curto-prazo contratados pela EMISSORA, cujos valores foram utilizados na construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi e suas correspondentes instalações de transmissão”.

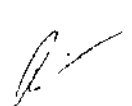
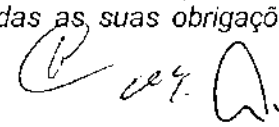
Cláusula 8. Alteração da Cláusula VI da Escritura.

8.01 A Cláusula 6.1 da Escritura passa a vigorar com a inclusão das seguintes alíneas no item (a), renumerando-se as demais:

“(ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes e de indicação das contas necessárias à apuração do ICD, conforme definido na Cláusula 6.1.1 abaixo, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;

(iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, cópia das demonstrações financeiras trimestrais relativas ao respectivo trimestre, revisadas pelos auditores independentes, acompanhadas de indicação das contas necessárias à apuração do ICD, conforme definido na Cláusula 6.1.1 abaixo, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA,

(iv) quando do envio das demonstrações financeiras de que tratam os itens (ii) e (iii) acima, declaração da EMISSORA de que está adimplente com todas as suas obrigações previstas nesta



Escritura, no Contrato de Administração de Contas, no Contrato de Penhor e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, respectivamente, Anexos I, II e III da Escritura, assim como demonstrativo incluindo memória do cálculo necessário à apuração do ICD, conforme definido na Cláusula 6.1.1 abaixo”;

8.02 A Cláusula 6.1 da Escritura passa a vigorar com a inclusão dos seguintes itens 6.1(k) e 6.1.1:

“k) manter, a partir da Data de Subscrição e até a amortização total das Debêntures, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,3 (um vírgula três) vezes, calculado conforme definido na Cláusula 6.1.1 abaixo.

6.1.1. O índice de cobertura do serviço da dívida (“ICD”) será calculado trimestralmente com base na fórmula descrita a seguir e nas datas-base das demonstrações financeiras, sendo que seu demonstrativo de apuração deverá ser preparado pela EMISSORA e enviado ao AGENTE FIDUCIÁRIO nos prazos indicados nos itens (ii), (iii) e (iv) da Cláusula 6.1(a) acima:

Fórmula do ICD:

$$ICD = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para Serviço da Dívida no Período}}{\text{Serviço da Dívida no Período}} = \frac{A}{B}$$

sendo:

A = Fluxo de Caixa Operacional
 (-) Impostos Pagos
 (-) Custos Debêntures
 (+) Receita Financeira
 (+) Aporte de Capital
 (+) Caixa Acumulado

B = Amortização de principal, juros a pagar e quaisquer outros pagamentos devidos no Período ao BNDES, aos AGENTES FINANCEIROS e aos titulares das Debêntures relativos ao Contrato de Financiamento Direto, ao Contrato de Repasse e/ou à presente Escritura.

Definições:

C 207.

A.



13

Período: período de 12 (doze) meses precedentes à data em que ocorrer a apuração do ICD.

Fluxo de Caixa Operacional: Receita Líquida (-) Custo da Energia Vendida, onde:

Receita Líquida = Receita Bruta (-) PIS (-) COFINS (-) Perdas de Transmissão

Custo da Energia Vendida = Despesas com operação e manutenção (+) Seguros (+) Royalties (+) Contribuições para Setor Elétrico (+) Transporte (+) Outorga da Concessão

Impostos Pagos: Desembolsos referentes ao pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Custo Debêntures: Despesas referentes à manutenção das Debêntures, tais como manutenção das avaliações das Debêntures por agências de ratings, publicações legais, taxas pagas à CETIP e ANDIMA, entre outros.

Receita Financeira: Receita proveniente da aplicação do saldo do Caixa Acumulado, das Contas Reserva, do período anterior à taxa vigente no mercado.

Aporte de Capital: Eventual aporte de recursos dos acionistas, para cobrir alguma insuficiência de caixa em determinado período.

Caixa Acumulado: Somatório dos caixas excedentes em cada período. O caixa excedente é o caixa que resulta de: Entradas de Caixa no Projeto (-) Obrigações do Projeto".

Cláusula 9. Alteração da Cláusula VII da Escritura.

9.01. A Cláusula 7.1 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.1. Nomeação

A EMISSORA nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão a PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., já qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar, perante a EMISSORA e as demais partes dos

14
3

contratos anexados à presente Escritura, a comunhão dos titulares das Debêntures".

9.02 A Cláusula 7.2.1 da Escritura passa a vigorar com a inclusão do seguinte item (f):

“(f) ter verificado a regularidade da constituição, suficiência e exeqüibilidade das garantias adicionalmente prestadas”.

9.03. A Cláusula 7.4.1(I) da Escritura passa a vigorar com alteração em seu item (ix), inclusão do item (x) e renumeração do item anterior para (xi):

“(ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura, incluindo a observância do índice de cobertura do serviço da dívida, nos termos da Cláusula 6.1(k);

(x) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das debêntures; e

(xi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO".

9.04. A Cláusula 7.4.1 da Escritura passa a vigorar com a inclusão do seguinte item (t), renumerando-se o anterior para (u):

"t) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e

u) *responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente”.*


Cláusula 10. Alteração da Cláusula X da Escritura.

O Endereço das notificações a serem enviadas para o AGENTE FIDUCIÁRIO passa a ser o seguinte:

"Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, n° 99, 16° andar
CEP: 20050-005, Rio de Janeiro, RJ



12

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fax-símile: (21) 2507-1773
E-mail: pavarini-rj@pavarini.com.br"

Cláusula 11. Totalidade do Acordo.

11.01. Este Aditamento representa o acordo integral das Partes com relação à matéria aqui contida.

11.02. Todas as demais cláusulas, itens e condições da Escritura e seus Anexos que não foram expressamente retificados, modificados e/ou cancelados por este Aditamento permanecem vigentes e inalterados para o fim em cada um deles disposto e aplicam-se integralmente a este Aditamento.

11.03. Em virtude das alterações promovidas pelo presente Aditamento, resolvem as Partes consolidar a Escritura, que passa a vigorar com a redação constante do Apêndice I ao presente Aditamento.

Cláusula 12. Legislação Aplicável e Foro.

O presente Aditamento será regido pelas leis da República Federativa do Brasil, ficando eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Carla



f

E POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, AS PARTES ASSINAM O PRESENTE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. EM 04 (QUATRO) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS ABAIXO.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2003.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Nome: Eric da Costa Boyer
Cargo: Director Administrativo - Financieiro

Nome: Carlos Mota Orsola
Cargo: Director Presidente

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Emilio Roberto Baku
Cargo: Procurador

Nome: _____
Cargo: _____

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Paulo Roberto Peres
Cargo: Director

Nome: Gerson Carlos Uzelio
Cargo: Procurador

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Nome: ROBERTO TIMOTHEO DA COSTA
Cargo: Director

Nome: CARLOS LESSA
Cargo: Presidente

Testemunhas:

Nome: Nilde Ribeiro do Nascimento Nde
RG: 0756 2450-4 IFPRJ
CPF: 001.527.467-04

Nome: Cláudia Oliveira de Paula
RG: 07652591-4 IFPRJ
CPF: 015.122.657-13



17